

Ensino pago é questão polêmica no País

Reitores admitem que o sistema de financiamento das universidades enfrenta problemas, mas entendem que a cobrança de mensalidade é uma discussão precipitada

Parece claro para alguns dos reitores das principais universidades brasileiras, como Jacques Marcovitch, da Universidade de São Paulo (USP), e Paulo Alcântara Gomes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que o modelo de financiamento do ensino superior enfrenta problemas. Para eles, a cobrança de mensalidade é um tema que pode até ter lugar na agenda do ensino, como disse ao Estado o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, em declaração publicada ontem. Mas, para esses reitores, essa é, sem dúvida, uma discussão fora de hora e não vai resolver problemas estruturais das universidades: “É uma falsa solução para a crise orçamentária que vivemos”, diz Marcovitch. No mínimo, como pondera Paulo Alcântara, a cobrança de mensalidade envolveria a reforma da Constituição: “É algo que não se faz com o estalar dos dedos.”

Há os que são frontalmente contra a idéia, como José Ivonildo do Rego, presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: “É dever do Estado garantir o ensino público e gratuito.” A Andifes tem posição clara de manutenção do princípio constitucional da gratuidade: “O Brasil tem um dos sistemas universitários mais privatizados do mundo, em que as instituições públicas respondem por cerca de um terço das vagas oferecidas no País”, diz José Ivonildo.

Paulo Alcântara, da UFRJ, entende que a autonomia universitária, revisão dos currículos e distribuição do orçamento são temas prioritários que devem vir antes da discussão sobre as mensalidades. “Sou totalmente favorável a que se abra a discussão, mas adiante”, diz. No presente, para ele, não se pode discutir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas antes de garantir que todos os estudantes do 2.º grau tenham igualdade de condições no acesso à universidade.

O reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), José Rubens Rebelatto, argumenta que não seria lógico mexer numa questão pontual como a da cobrança de mensalidade quando se pode alterar o sistema fiscal e tributário brasileiro e obter, dessa forma, os recursos necessários. “É preciso cobrar mais impostos de quem ganha mais”, diz. Ele afirma que, uma vez aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 370 – que trata da autonomia universitária –, caberia às próprias instituições decidir sobre a cobrança. Com a autonomia, as instituições têm a possibilidade de definir o plano de carreira, os salários e as gratificações dos seus funcionários.

Roberto Leal Lobo, da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), e ex-reitor da USP, como Marcovitch, reconhece que as universidades públicas brasileiras têm custos muito elevados porque são centros de pesquisa de excelência: “Para que as mensalidades tivessem algum peso no orçamento dessas instituições seria preciso cobrar entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil ao ano de cada aluno e não acredito que alguém esteja sugerindo isso.”

Pelos cálculos de José Ivonildo, da Andifes, a cobrança de mensali-

dade permitiria um acréscimo de cerca de 15% a 20% no orçamento das instituições. Para aumentar 20% o número de vagas oferecidas, por exemplo, em sua opinião, não é preciso a contrapartida de igual percentual de investimento: “Já temos uma base instalada”, afirma.

Marcovitch aponta outros dois motivos pelos quais a cobrança de mensalidade pesaria pouco no orçamento das universidades públicas. O primeiro, diz ele, é uma distorção orçamentária: embora o salário de seus docentes seja baixo, o orçamento das universidades públicas está muito comprometido com a remuneração de recursos humanos, por causa da abundância de benefícios extra-salariais (concedidos durante a inflação ou obtidos na Justiça) e do grande número de aposentados (28%), que com frequência acumulam mais benefícios do que os docentes na ativa.

O segundo motivo seria, segundo Marcovitch, as altas despesas dessas instituições com os hospitais universitários que, no caso da USP, chegam a absorver 10% do orçamento. “São despesas que saem do orçamento da educação, mas que na verdade são serviços públicos de saúde, que não poderiam ser cobrados dos alunos”, pondera.

Contra – Como José Ivonildo, da Andifes, os reitores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Afonso Celso Alves Pereira, e da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Antonio Manuel

dos Santos Silva, são contra a cobrança de mensalidade. “O Estado está querendo remunerar-se a cada novo serviço que oferece quando os impostos deveriam garantir uma educação gratuita”, disse Silva. “Isso vai afastar das universidades um contingente enorme de estudantes, que tem nas instituições públicas a única forma de fazer um curso superior”, ponderou Pereira.

A única justificativa para cobrar mensalidade dos universitários de instituições públicas, segundo Lobo, seria de ordem ética: “O grande problema no Brasil é o tratamento diferenciado dado para o estudante da instituição pública, que não paga nada, e o da universidade privada, que paga tudo e sem nenhum apoio do Estado”, critica.

Lobo lembra que 60% dos universitários brasileiros estudam em estabelecimentos privados de ensino. “São cerca de 1,1 milhão de alunos, a maioria dos quais trabalha o dia todo e não recebe apoio algum para concluir seus estudos.” Lobo lembra que pelo menos 30% desses estudantes deveriam ser beneficiados pelo crédito educativo porque são carentes. “Mas, para garantir uma ajuda de R\$ 3 mil por ano para esses 30%, o crédito educativo deveria ser muito maior do que é hoje.”

Os estudantes, como era de esperar-se, também não gostaram da idéia. “O governo quer privatizar o ensino diminuindo o salário dos professores, as bolsas de pesquisas e cobrando mensalidades”, acusou a diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) Fabiana Pinto.

Segundo ela, a Universidade Federal Fluminense (UFF) fez uma pesquisa demonstrando que 51% de seus alunos têm renda familiar abaixo de seis salários mínimos. “Apenas cursos como direito, medicina e engenharia têm uma maioria de classes altas.”

PROPOSTA
EXIGIRIA
QUE
A
CONSTITUIÇÃO
FOSSE
ALTERADA